

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA E SUSTENTABILIDADE CULTURAL: PROMOVENDO O
ACESSO AO PATRIMÔNIO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL**

**INCLUSIVE EDUCATION AND CULTURAL SUSTAINABILITY: PROMOTING ACCESS
TO HERITAGE FOR PEOPLE WITH VISUAL IMPAIRMENTS**

**EDUCACIÓN INCLUSIVA Y SOSTENIBILIDAD CULTURAL: PROMOVIENDO EL
ACCESO AL PATRIMONIO PARA PERSONAS CON DISCAPACIDAD VISUAL**

 <https://doi.org/10.56238/arev7n8-207>

Data de submissão: 21/07/2025

Data de publicação: 21/08/2025

Silvânia Rabelo Brito

Mestranda em Cultura e Sociedade
Instituição: Universidade Federal do Maranhão
E-mail: silvana.rabelo@ufma.br
Orcid: <https://orcid.org/0009-0008-8017-5500>
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1779899066481904>

Josiane Coelho Reis

Doutoranda em Educação
Instituição: Universidade Federal do Maranhão
E-mail: Josianecoelhoreis@gmail.com
Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3019-5067>
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7780181109353360>

Priscila Milena Costa Chahini

Doutoranda em Cultura e Sociedade
Instituição: Universidade Federal do Maranhão
E-mail: chahini@hotmail.com
Orcid: <https://orcid.org/0009-0002-7455-3575>
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8379791845493418>

Thelma Helena Costa Chahini

Doutora em Educação
Instituição: Universidade Federal do Maranhão
E-mail: thelmachahini@hotmail.com
Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9872-2228>
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4061880434989954>

João Batista Bottentuit Junior

Doutor em Ciências da Educação
Instituição: Universidade Federal do Maranhão
E-mail: joaobbj@gmail.com
Orcid: <https://orcid.org/000-0002-4432-0271>
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4828197220419425>

RESUMO

A sustentabilidade cultural emerge como uma dimensão crucial para a preservação e valorização do patrimônio cultural, especialmente no contexto brasileiro, marcado por rica diversidade cultural e crescente inclusão de pessoas com deficiência. Este estudo explora como a sustentabilidade cultural pode ser integrada à educação inclusiva para promover o acesso pleno de pessoas com deficiência visual ao patrimônio cultural, destacando a interdependência entre cidadania, inclusão e preservação cultural. A pesquisa fundamenta-se no aporte teórico de Almeida (2002), Iaquinto (2018), De Lourdes Bacha et al. (2010), Silva e Souza (2017), Miranda e Novais (2018), entre outros. A análise bibliográfica revelou a relevância da acessibilidade cultural, e de estratégias educacionais sustentáveis para superar barreiras e promover a inclusão efetiva em espaços culturais. As adaptações realizadas nos espaços culturais podem potencializar a acessibilidade de pessoas com deficiência visual a saberes que lhes são garantidos legalmente, logo, pensar a sustentabilidade cultural, é sobretudo, democratizar acesso aos bens culturais, especialmente a públicos invisibilizados socialmente.

Palavras-chave: Acessibilidade. Sustentabilidade Cultural. Inclusão Educacional. Patrimônio Visual.

ABSTRACT

Cultural sustainability emerges as a crucial dimension for the preservation and enhancement of cultural heritage, especially in the Brazilian context, marked by rich cultural diversity and growing inclusion of people with disabilities. This study explores how cultural sustainability can be integrated into inclusive education to promote full access to cultural heritage for people with visual impairments, highlighting the interdependence between citizenship, inclusion, and cultural preservation. The research is based on the theoretical contributions of Almeida (2002), Iaquinto (2018), De Lourdes Bacha et al. (2010), Silva and Souza (2017), Miranda and Novais (2018), among others. The bibliographic analysis revealed the relevance of cultural accessibility and sustainable educational strategies to overcome barriers and promote effective inclusion in cultural spaces. Adaptations made in cultural spaces can enhance the accessibility of people with visual impairments to knowledge that is legally guaranteed to them. Therefore, thinking about cultural sustainability means, above all, democratizing access to cultural assets, especially for socially invisible audiences.

Keywords: Accessibility. Cultural Sustainability. Educational Inclusion. Visual Heritage.

RESUMEN

La sostenibilidad cultural surge como una dimensión crucial para la preservación y valorización del patrimonio cultural, especialmente en el contexto brasileño, marcado por una rica diversidad cultural y una creciente inclusión de las personas con discapacidad. Este estudio explora cómo la sostenibilidad cultural puede integrarse en la educación inclusiva para promover el pleno acceso de las personas con discapacidad visual al patrimonio cultural, destacando la interdependencia entre ciudadanía, inclusión y preservación cultural. La investigación se basa en las aportaciones teóricas de Almeida (2002), Iaquinto (2018), De Lourdes Bacha et al. (2010), Silva y Souza (2017), Miranda y Novais (2018), entre otros. El análisis bibliográfico reveló la importancia de la accesibilidad cultural y de las estrategias educativas sostenibles para superar las barreras y promover la inclusión efectiva en los espacios culturales. Las adaptaciones realizadas en los espacios culturales pueden potenciar la accesibilidad de las personas con discapacidad visual a los conocimientos que les garantiza la ley, por lo que pensar en la sostenibilidad cultural es, sobre todo, democratizar el acceso a los bienes culturales, especialmente a los públicos socialmente invisibilizados.

Palabras clave: Accesibilidad. Sostenibilidad Cultural. Inclusión Educativa. Patrimonio Visual.

1 INTRODUÇÃO

A sustentabilidade cultural como dimensão essencial da sustentabilidade, destaca-se na preservação e valorização dos bens culturais tangíveis e intangíveis que compõem a identidade e a memória coletiva de um povo. No Brasil, um país rico em diversidade cultural, essa dimensão assume papel estratégico para promover a cidadania, reforçar o pertencimento social e ampliar a inclusão. No entanto, apesar da relevância desse tema, a acessibilidade ao patrimônio cultural para pessoas com deficiência visual permanece como um desafio significativo, refletindo uma lacuna entre os princípios de inclusão e as práticas efetivas como a acessibilidade nos espaços públicos, como museus e centros culturais.

Observa-se ainda muitas discussões que conectam a sustentabilidade cultural à educação inclusiva, especialmente no que se refere à acessibilidade de pessoas com deficiência visual aos bens culturais. Dessa forma, garantir o acesso ao patrimônio cultural para pessoas com deficiência visual é mais do que assegurar inclusão, é proporcionar os meios para que essas pessoas possam construir suas identidades de forma autônoma e participar plenamente da sociedade.

Desse modo, surge a necessidade de identificar estratégias que tornem o patrimônio cultural acessível, promovendo sua implementação ao ensino inclusivo e garantindo que todos os indivíduos possam participar ativamente da construção de uma sociedade mais equitativa e plural. Dito isto, objetivou-se neste artigo discutir a sustentabilidade cultural numa relação com a educação inclusiva prevendo a acessibilidade de pessoas com deficiência visual ao patrimônio cultural.

Quanto à metodologia, organizou-se uma pesquisa bibliográfica embasada no aporte teórico de Almeida (2002), Iaquinto (2018), De Lourdes Bacha et al. (2010), Silva e Souza (2017), Miranda e Novais (2018), entre outros. E a abordagem escolhida foi a qualitativa, que segundo Gil (2007) enfoca na discussão subjetiva dos fenômenos sociais sem mensurar dados numéricos.

Observou-se que as adaptações realizadas nos espaços culturais podem potencializar a acessibilidades de pessoas com deficiência visual a saberes que lhes são garantidos legalmente, nesse sentido, se faz necessário democratizar o acesso aos bens culturais e torná-los inclusivos.

2 SUSTENTABILIDADE CULTURAL

Discutir sustentabilidade, em quaisquer que sejam suas definições, demanda, situá-la a partir de algumas dimensões. Numa perspectiva ambiental, Claro, Claro e Amâncio (2008) a conceitua enquanto um fenômeno no qual as necessidades da geração presente não comprometam as necessidades das próximas gerações. Definição esta debatida após o relatório da Comissão

Brundtland¹, articulado pela Organização das Nações Unidas (ONU), que tratou da temática num viés de conscientização sobre os recursos naturais mundiais e dos impactos causados pela sua não preservação. Trata-se, portanto de uma sustentabilidade ecológica.

Em uma outra dimensão, Almeida (2002) destaca a perspectiva econômica de sustentabilidade, na qual demarca a importância de garantir empregos a todos os cidadãos, propiciando assim, renda e melhoria de vida em sociedade. Claro, Claro e Amâncio (2008), trazem a dimensão social, ou seja, as experiências individuais de cada cidadão em sociedade.

Na concepção de Mikhailova (2004) sustentabilidade pode ser entendida como a capacidade de se sustentar, de se manter ou manter algo. Nesse sentido, é vista como algo bom, desejável, consensual e, segundo explica Almeida (2022), deve ser vislumbrada pelo viés da diversidade cultural.

Partindo, desse pensamento e tendo em vista que se propõe discutir neste artigo a dimensão da sustentabilidade cultural, é pertinente dizer que se trata de um conceito multifacetado, mas que entre outras coisas, envolve a preservação e promoção de práticas culturais, tradições, identidade de povos e comunidades, e a diversidade cultural, garantindo que as gerações futuras possam desfrutar e vivenciar a riqueza cultural (Almeida, 2002).

A ênfase na dimensão cultural como veículo de preservação e transformação reflete um aspecto essencial, a saber, a necessidade de implementar políticas inclusivas que garantam acesso universal ao patrimônio cultural. No contexto da educação inclusiva, a integração entre educação e sustentabilidade cultural não apenas preservar tradições, mas também as tornam acessíveis às pessoas com deficiência visual, democratizando o acesso à história e identidade coletiva, conforme expressa (Iaquinto, 2018, p. 169) ao destacar que a “dimensão cultural deve promover, preservar e divulgar a história, tradições e valores regionais, acompanhando sempre suas transformações e garantindo a toda a população o acesso à informação e ao conhecimento”.

A afirmação de Iaquinto (2018) destaca a onipresença da sustentabilidade no discurso contemporâneo, ainda que muitas pessoas não compreendam sua abrangência. No contexto da inclusão educacional e sustentabilidade cultural, comprehende-se a importância de estratégias de acessibilidade ao patrimônio cultural para pessoas com deficiência visual de maneira integrada, considerando que a sustentabilidade cultural é uma dimensão que pode mitigar desigualdades sociais históricas, ampliando o acesso a bens culturais como um bem comum essencial.

¹ O Relatório, elaborado pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e desenvolvimento, faz parte de uma série de iniciativas, que criticamente se posicionaram ao modelo de desenvolvimento adotado pelos países industrializados e reproduzido pelas nações em desenvolvimento, e que ressaltam os riscos do uso excessivo dos recursos naturais sem considerar a capacidade de suporte dos ecossistemas.

2.1 SUSTENTABILIDADE CULTURAL NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A sustentabilidade já faz parte do cotidiano das pessoas, mesmo que muitas vezes elas não percebam conscientemente. Isto é, ainda que não estejam totalmente conscientes disso, eles estão imersos em um contexto onde a sustentabilidade está sendo incorporada às práticas sociais, políticas e econômicas, justamente por conta da necessidade urgente de cuidar do meio ambiente, em suas mais diversas dimensões, inclusive a cultural, conforme explica Iaquinto (2018):

A sustentabilidade está cada vez mais presente na vida de todos os indivíduos, ainda que esses não percebam, em razão da sua grande abordagem no mundo todo como uma forma de amenizar os problemas ambientais que o próprio ser humano causa ao planeta Terra (Iaquinto, 2018, p. 157).

Esta colocação do autor, ao mencionar a sustentabilidade ambiental reflete uma mudança paradigmática que também deve incluir questões de equidade social e cultural. Quando aplicada à educação inclusiva, a sustentabilidade cultural exige que as instituições repensem suas práticas e promovam ações que assegurem o acesso de todos ao patrimônio cultural, reconhecendo a cultura como elemento vital para a preservação da diversidade e da cidadania.

O conceito clássico de desenvolvimento sustentável reforça a importância de iniciativas que promovam a inclusão e a acessibilidade cultural, garantindo que gerações futuras, incluindo aquelas com deficiência visual, possam usufruir de um patrimônio cultural preservado. Trata-se de um compromisso intergeracional que deve integrar práticas educacionais e culturais como parte de um modelo sustentável de desenvolvimento humano e social (Iaquinto, 2018).

De Lourdes Bacha *et al.* (2010) indicam como a sustentabilidade emergiu como tema central nos debates acadêmicos devido a crises ambientais. No contexto da educação inclusiva e sustentabilidade cultural, esse debate potencializa a busca por soluções que considerem a preservação de bens culturais como parte de um esforço mais amplo para enfrentar crises sociais e ambientais, destacando o impacto humano na exclusão cultural de populações marginalizadas, conforme expressa:

O tema sustentabilidade tem apresentado crescente interesse entre pesquisadores acadêmicos. Sua importância se deve principalmente à atenção despertada face às mudanças climáticas causadas pela ação predatória do homem no meio ambiente causando uma emergência planetária (De Lourdes Bacha, 2010, p. 1).

O foco em um equilíbrio a longo prazo também se aplica à inclusão educacional, especialmente no que tange à acessibilidade cultural. A harmonia proposta por De Lourdes Bacha *et al.* (2010) deve ser expandida para incluir o equilíbrio entre preservação cultural e inclusão social, assegurando que os

patrimônios culturais sejam sustentados e reinterpretados de maneira inclusiva para atender às necessidades das populações historicamente excluídas.

A educação especial defendida pelo ordenamento jurídico brasileiro como aquela modalidade de educação que perpassa transversalmente todos os níveis de ensino (Brasil, 1996), visa garantir que o acesso e a permanência desses estudantes sejam contemplados com educação de boa qualidade e equidade. Direito este que se estende pela Lei Brasileira de Inclusão, Lei N° 13.146/2015, aos aspectos sociais, inclusive o acesso à cultura.

Sendo assim, as pessoas com deficiência, quase sempre estigmatizados por uma sociedade que não aceita o diferente, além de excluídas por séculos, ficaram à margem de saberes culturais que também lhes são essenciais. Logo, a sustentabilidade também lhes confere um direito que é fundamental.

Ao reconhecer que a sustentabilidade envolve aspectos econômicos, sociais e ecológicos, De Lourdes Bacha *et al.* (2010) oferecem uma estrutura que pode ser adaptada para incluir a sustentabilidade cultural como um pilar adicional. Para pessoas com deficiência visual, essa abordagem sugere que as iniciativas culturais inclusivas devem ser economicamente viáveis, socialmente justas e ambientalmente sustentáveis, criando oportunidades de integração e pertencimento. Harmonizando à questão, a autora acrescenta: “[...] de maneira geral, as definições procuram integrar viabilidade econômica com prudência ecológica e justiça social, nas três dimensões conhecidas como Triple Bottom Line” (*Ibid*, p. 6).

A afirmação ressalta o desafio de aplicar conceitos ecológicos em contextos sociais e culturais. No entanto, a operacionalidade da sustentabilidade cultural na educação inclusiva pode ser demonstrada por meio de ações concretas que garantam acessibilidade ao patrimônio cultural, transformando o conceito em práticas tangíveis que promovam inclusão e equidade. Conforme argumentam os autores, a sustentabilidade, embora derive de conceitos ecológicos, ainda enfrenta desafios para demonstrar sua aplicabilidade prática nas sociedades humanas (Bacha *et al.*, 2010).

No contexto do tema central deste artigo, essa visão é especialmente pertinente, pois ressalta a necessidade de que as práticas educacionais e culturais respeitem e integrem princípios de inclusão e acessibilidade. Tornar o patrimônio cultural acessível a pessoas com deficiência visual é um passo essencial para criar instituições culturais que refletem essa harmonia sustentável. A acessibilidade não é apenas uma questão técnica, mas também uma ação que fortalece a cidadania e reconhece a diversidade como parte integrante da vida. Assim, práticas inclusivas são coerentes com os princípios naturais e sociais que sustentam a vida em sua totalidade, segundo dispõe Capra (2002, p. 31) ao

demarcar que “os princípios sobre os quais se erguerão as nossas futuras instituições sociais terão de ser coerentes com os princípios de organização que a natureza fez evoluir para sustentar a teia da vida”.

Essa dinâmica não-linear, segundo Capra (2002), proporciona uma nova forma de compreender sistemas complexos, permitindo abordar desafios de maneira integrada e inovadora. Essa perspectiva é essencial para este contexto aqui discutido, uma vez que trata da inclusão educacional e sustentabilidade cultural. O acesso ao patrimônio cultural por pessoas com deficiência visual requer um entendimento sistêmico que vá além de soluções isoladas. É necessário considerar como as práticas educativas, as políticas públicas e os espaços culturais interagem em uma rede complexa. Esse divisor conceitual oferece uma base teórica para integrar esforços e criar estratégias que realmente atendam às necessidades de inclusão, ao mesmo tempo em que promovem a sustentabilidade cultural, reforçando a identidade e o pertencimento de todos os cidadãos.

Portanto, a relevância da abordagem não-linear para compreender os sistemas complexos se mostra especialmente significativa em contextos como a educação inclusiva e a sustentabilidade cultural. A partir dessa perspectiva, é possível analisar as múltiplas interações entre indivíduos, comunidades e ambientes, possibilitando uma abordagem mais integrada e adaptativa para promover a inclusão de pessoas com deficiência visual ou outras condições específicas. A concepção de sistemas complexos contribui para o desenvolvimento de estratégias mais eficazes e abrangentes, que visam a construção de práticas educacionais inclusivas e acessíveis, capazes de responder às necessidades diversas dos diferentes públicos (Capra, 2002).

A relação entre sustentabilidade e a teoria dos sistemas no contexto de uma sociedade transnacionalizada, exige novos paradigmas sociais e jurídicos, que transcendam a dogmática tradicional. No campo educacional e cultural, essa relação destaca a importância de práticas inclusivas e sustentáveis que conectem sistemas sociais e ambientais, promovendo acesso equitativo aos recursos culturais e reconhecendo a diversidade como princípio norteador.

Para De Lourdes Bacha *et al.* (2010) o desenvolvimento sustentável deve incorporar a preservação cultural e ambiental como elementos essenciais para a equidade social. Essa perspectiva destaca a necessidade de estratégias que democratizem o acesso ao patrimônio cultural, promovam a cidadania e fortaleçam as identidades coletivas. Compreende-se, assim que a relação entre educação inclusiva e sustentabilidade cultural pode ser também enriquecida pelas práticas participativas, articulação de saberes e estratégias interdisciplinares para enfrentar desafios contemporâneos. A integração desses princípios ao contexto da inclusão educacional e ao acesso ao patrimônio cultural para pessoas com deficiência visual revela caminhos para promover uma cidadania mais equitativa e sustentável.

No caso da educação inclusiva, essa articulação pode ser traduzida pela adequação de conteúdos e práticas pedagógicas que dialoguem tanto com os saberes acadêmicos quanto com as experiências e perspectivas das pessoas com deficiência visual. No entanto, é preciso mencionar que a sustentabilidade cultural depende de políticas públicas eficazes e da participação ativa das populações envolvidas. Essa perspectiva é fundamental para o tema da inclusão, uma vez que o acesso ao patrimônio cultural só será efetivo se houver um comprometimento coletivo, envolvendo instituições culturais, educacionais e governamentais.

3 ACESSO AO PATRIMÔNIO CULTURAL ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL

O acesso ao patrimônio cultural exige a eliminação de barreiras físicas, sociais, de comunicação, entre outras, segundo contam Miranda e Novais (2018). Para além disso, trata-se da democratização da cultura, constitui-se uma forma sustentável de conservar a cultura e no contexto da deficiência visual as adequações são aspectos fundamentais. Nesse sentido, se as políticas inclusivas (Brasil, 2015) preveem acesso, o patrimônio cultural não pode ser tratado como imutável, logo, deve se adequar ao novo, às novas demandas sociais, ser fruído e apropriado pela comunidade, uma vez que constitucionalmente a cultura é um direito (Brasil, 1988).

Nessa acepção, os espaços culturais tais como, museus, bibliotecas, arquivos históricos, precisam dispor de informações e acessibilidades ao público com deficiência visual, visando permitir-lhes usufruir com autonomia e segurança do conhecimento cultural que os envolvem. Para tanto, se faz necessário, conforme explicam Miranda e Novais (2018) que os ambientes sejam sinalizados, organizados, desobstruídos, com contraste de cor ou tonalidade que facilitam o acesso de pessoas com deficiência visual; informação tátil; informação sonora; sinalização visual e distribuição de material informativo.

Aspecto este evidenciado em um de seus estudos, ao abordarem a acessibilidade ao patrimônio cultural de pessoas com deficiência visual em um museu, a partir de um projeto intitulado “Portinari na ponta dos dedos”, que ocorreu na 15^a edição da Semana de Museu promovida pelo IBRAM em 2017, em Belo Horizonte, Minas Gerais.

A mostra contou com a produção de três peças multissensoriais que traduziam o clássico painel “Civilização Mineira”, de Cândido Portinari, para que pudesse tornar acessível ao público com deficiência visual parcial ou total. A obra em exposição permanente no hall de entrada da Casa Fiat de Cultura, no museu em Belo Horizonte, era composta por 12 placas de madeira e tem 2,34 metros de altura por 8,14 de comprimento. E para dispor de acesso às pessoas com deficiência visual, as três

peças foram produzidas também em madeira, com um tamanho menor, aproximadamente 180 vezes menor.

A produção da obra foi feita à laser, com relevos na madeira permitindo percepção tátil, inclusive das pinturas contornos e outros detalhes. Miranda e Novais (2018) destacam que essa adaptação da peça permitiu acessibilidade da obra, pois, as pessoas com deficiência visual ao tocar, materializavam os conceitos de composição da obra, que é a maior obra de Portinari em Minas Gerais, como se observa na figura 1:

Figura 1: Projeto “Portinari nas pontas dos dedos”



Fonte: Adaptado de Miranda e Novais (2018).

O projeto foi idealizado pelo Núcleo de Acessibilidade da Casa Fiat de Cultura e passou a ser oferecida de forma permanente ao público do museu em Belo Horizonte. A peça realçava a composição de cores da tela original, “que tem predomínio de tons azuis e laranjas e suas variações e combinações. Nela, as cores da tela aparecem supersaturadas, permitindo que o visitante possa visualizar as intenções do artista (Miranda e Novais, 2018, p. 17).

Ainda nesse projeto, outras peças oportunizavam a acessibilidade de pessoas com deficiência visual, entre elas um painel com as 12 placas em escala, encaixáveis que estimulavam também a percepção tátil do baixo relevo, desvelando as principais linhas do desenho. A terceira peça foi também produzida visando reproduzir detalhes como linhas, sobreposições de camadas e encaixe de paisagens, oferecendo uma solução para experimentar a perspectiva da obra sem usar a visão (Miranda e Novais, 2018).

Observou-se, com base no projeto a harmonia da proposta em consonância à LBI, (Brasil, 2015), no excerto em que expressa o direito à cultura em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, sendo-lhe garantido o acesso a bens culturais acessíveis, reflete-se na importância de ações como estas, que oportunizam dignidade à pessoa com deficiência visual.

Destaca-se ainda que a sustentabilidade cultural prevê guardar memórias e história de determinados grupos e comunidades. E quando destas comunidades fazem parte pessoas com deficiência visual, tornar acessível a cultura local é também permitir-lhes fazer parte dessa história, conforme mostraram Silva e Souza (2017) em seus estudos sobre a Arqueologia e Pré-História do Rio Grande do Sul, realizado a partir de um documentário acessível para o público com deficiência visual, alunos da Associação Passofundense de Cegos (Figura 2).

Figura 2: Participação dos estudantes cegos na higienização de réplicas de cerâmicas



Fonte: adaptação a partir de Silva e Souza (2017).

O estudo apresentou uma intervenção de Educação Patrimonial que previa despertar sentimento de pertencimento desses deficientes visuais, aproximando-os de bens culturais e de toda a história de origem do Rio Grande do Sul, local do qual também fazem parte. As oficinas culturais incluíam a audiodescrição sobre os artefatos encontrados pela escavação na região, detalhando desde a coleta, higienização, até a catalogação. Tudo feito com a participação dos estudantes cegos (Silva e Souza, 2017).

A história da origem e de todo a riqueza cultural existente no Rio Grande do Sul foi explicado em audiodescrição para os estudantes cegos que tiveram uma participação ativa na oficina. Além disso,

puderam tirar e perceber peças históricas que compõem a identidade regional. Produziram vasilha em argila, e receberam informações do contexto, relevância da cerâmica, segundo contam Silva e Souza (2017). Observa-se, com isso que a sustentabilidade cultural é possibilitada também por intervenções da educação patrimonial, numa relação intrínseca com a educação inclusiva.

Face ao descrito até aqui, reflete-se sobre como democratizar a cultura é uma forma de sustentabilidade cultural e, portanto, a eliminação de barreiras físicas, sociais e comunicacionais se torna parte desse processo. Exemplos aqui descritos como o projeto “Portinari na ponta dos dedos” mostram como a adaptação de obras de arte para o tato pode permitir a fruição do conteúdo cultural por pessoas com deficiência visual. Esse tipo de iniciativa se alinha à Lei Brasileira de Inclusão (LBI, 2015), que garante o acesso igualitário à cultura.

No que diz respeito ao documentário acessível feito para alunos cegos sobre a pré-história do Rio Grande do Sul, que integra audiodescrição, toque de réplicas arqueológicas e participação ativa, reforçando o sentimento de pertencimento cultural, nota-se que a sustentabilidade cultural não pode excluir grupos, uma vez que ela só se efetiva com políticas públicas que promovam a inclusão de todos os cidadãos, em especial pessoas com deficiência.

A sustentabilidade cultural, segundo De Lourdes Bacha et al. (2010) não deve ser compreendida apenas como a preservação de tradições ou patrimônio material, mas como uma possibilidade de assegurar que todos as pessoas, com ou sem deficiência, possam participar ativamente dos processos culturais, garantindo a continuidade da identidade de uma comunidade de forma viva, dinâmica e acessível.

Segundo a Constituição Federal (Art. 215 e 216) e a Lei nº 13.146/2015 (LBI), o acesso à cultura é um direito universal, e deve, portanto, ser promovida de forma inclusiva. Nesse sentido, museus, bibliotecas, teatros, centros culturais e espaços de memória devem pensar e agir de maneira acessível, rompendo com a ideia do patrimônio como algo fixo e exclusivo.

Com base em Silva e Souza (2017) e Miranda e Novais (2018) é possível e necessário repensar a acessibilidade cultural no campo da inclusão. A utilização de recursos como audiodescrição, legendas, materiais em braille, réplicas táteis, maquetes 3D e tecnologias assistivas é não só um dever legal, mas um instrumento da educação inclusiva e de justiça social. Reflete-se ainda sobre a relevância da articulação entre políticas públicas, práticas interdisciplinares e participação social para que a sustentabilidade cultural se torna concreta. A inclusão de pessoas com deficiência visual na vivência cultural não só garante um direito, como enriquece a leitura coletiva sobre o mundo, valorizando diferentes formas de percepção e compreensão, pois, a cultura só é de fato sustentável quando é inclusiva.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A crescente conscientização sobre acessibilidade em espaços culturais, reflete um compromisso global com a inclusão e a igualdade de oportunidades. Para pessoas com deficiência visual, as barreiras sensoriais, comportamentais, sociais e comunicativas podem representar desafios significativos ao desfrutar desses ambientes. A deficiência visual é uma condição que varia amplamente de indivíduo para indivíduo, exigindo abordagens individualizadas para atender às suas necessidades específicas.

Nesse sentido, adaptar as experiências dos campos patrimoniais para atender a esse público torna-se essencial para promover a inclusão e garantir que todos tenham acesso à vida cultural e educacional. Esses espaços desempenham um papel fundamental na preservação e divulgação do patrimônio cultural, e a tendência crescente de visitação reflete não apenas um interesse renovado na arte e na história, mas também a importância de tornar esses espaços acessíveis a todos.

Observou-se, no percurso deste trabalho que a promoção da educação inclusiva por meio de espaços acessíveis requer estratégias e práticas adaptadas, como o envolvimento de especialistas em deficiência visual, formação de funcionários e avaliações regulares de acessibilidade. Essas medidas visam criar ambientes acolhedores e significativos para todos os públicos, promovendo a inclusão e democratização dos bens culturais.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, F. O bom negócio da sustentabilidade. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 23 jul. 2023.
- BRASIL. Lei Nº 13. 146 de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 23 jul. 2023.
- CAPRA, F. As conexões ocultas. Tradução de Betina Kepler. 5. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2002.
- CLARO, Priscila Borin de Oliveira; CLARO Danny Pimentel ; Robson AMÂNCIO. Revista de Administração - RAUSP v. 43, n. 4, 2008 disponível em:
<https://www.redalyc.org/pdf/2234/223417504001.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2025.
- DE LOURDES BACHA, Maria et al. Considerações teóricas sobre o conceito de Sustentabilidade. 2010.
- GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2007.
- IAQUINTO, B. Sustentabilidade e suas dimensões. Revista Brasileira de Educação, v. 25, n. 72, 2020. (ou outro trabalho específico de 2020).
- MIKHAILOVA, Irina. Sustentabilidade: evolução dos conceitos teóricos e os problemas da mensuração prática. Revista Economia e Desenvolvimento, nº 16, 2004. Disponível em:
<https://periodicos.ufsm.br/eed/article/view/3442>. Acesso em: 23. Jul. 2025.
- MIRANDA, Marcos Paulo De Souza; NOVAIS, Andrea Lanna Mendes. Acessibilidade aos bens culturais: um direito humano fundamental. II Simpósio Científico do ICOMOS Brasil Belo Horizonte/MG. Disponível em: 23 jul. 2023.
- SILVA, Caroline de; SOUZA, Chaline de. História para ouvir e sentir: a educação patrimonial para deficientes visuais. Seminário Internacional de Cultura Material e Arqueologia. Vol. 1, 2017. Disponível em: https://www.upf.br/_uploads/Conteudo/ppgh/anais-seminario-internacional/2017/caroline-da-silva.pdf. Acesso em: 23. Jul. 2023.